

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/33622	25276/2025	Verificação e avaliação de situações de risco
Unidade Administrativa		
DF - DFG - DIVISÃO		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		
Presidente da Câmara Municipal		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Processo: 25276/2025

Morada: Estabelecimento “Zé das Bifanas” - Parque de estacionamento público, em frente INL e junto da Av. Mestre José Veiga- UF de Nogueiró e Tenões

Assunto: Notificação ao proprietário para proceder à regularização da Ocupação de Espaço Público

Técnica Responsável: Rita da Silva Ramôa

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Na sequência da informação prestada pela Polícia Municipal (PM) que, em deslocação ao local a 11/06/2025, constatou que o explorador do estabelecimento em causa se encontrava a laborar fora do espaço indicado e autorizado pela Câmara Municipal de Braga, pelo que foi elaborada a respetiva Participação (PI-470-2025), de modo a que o Departamento Jurídico instaure os competentes processos contraordenacionais.

Face ao exposto, propõe-se superiormente que se determine a **notificação pessoal** do proprietário/explorador, nos seguintes termos:

“(…) fica V. Exa. notificada de que:



- Na sequência da ação de fiscalização levada a cabo pelos agentes da Policia Municipal, constatou-se que estabelecimento em causa se encontrava se encontrava a laborar fora do espaço indicado e autorizado pela Câmara Municipal de Braga, pelo que foi elaborada a respetiva Participação de modo a que o Departamento Jurídico instaure os competentes processos contraordenacionais.
- Tendo em atenção que:
 - A ocupação do espaço público é circunscrita ao espaço utilizado pela unidade móvel e pelos contentores para a recolha de resíduos não sendo permitido colocar qualquer outro objeto fora desse espaço.
 - O local da ocupação deverá manter-se limpo e em condições higiénicas satisfatórias.
 - A atividade apenas pode ser exercida na unidade móvel, não sendo permitida qualquer ocupação que potencie a permanência de pessoas junto a unidade móvel, estando expressamente proibida a instalação de esplanadas, conforme definido no ponto 6 artigo E-4/66º do CRMB.
 - A autorização é concedida a título precário, podendo ser, caso se verifique o incumprimento das condições anteriormente indicadas, imposta a suspensão imediata da atividade e consequente remoção da ocupação de espaço público.
- Dispõe do prazo máximo de **cinco (5) dias** para proceder à regularização voluntária da ocupação de espaço público, porquanto tal facto consubstancia um ilícito contraordenacional previsto e punido nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo I/30.º do CRMB.

Caso, no prazo definido, o facto em causa não seja voluntariamente regularizado, a remoção será realizada coercivamente por este Município, sendo-lhe imputadas todas as despesas realizadas com tal operação.”

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

